**DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE 2026**

Fundo: **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OPEA AGRO SUMITOMO CHEMICAL RESP LIMITADA**

CNPJ: 43866348000179

Em atendimento ao disposto no artigo 27º, do anexo II da Instrução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, segue:

**Informações da carteira do fundo e cumprimento da alocação mínima em direitos creditórios:**

**I) Limites de Composição:**

Os critérios de composição, enquadramento e concentração da carteira de direitos creditórios seguirão o disposto no regulamento do fundo, que estabelece os respectivos percentuais e limites.

**a. Composição da Carteira em**

| Composição | Valor Mercado Atual (R$) | Quantidade de Direitos Creditórios | % PL |
|---|---|---|---|
| **Direitos Creditórios Adimplentes** | R$18.576.073,68 | 271 | 19,36% |
| **Direitos Creditórios Inadimplentes** | R$95.576.147,25 | 630 | 99,59% |
| **Total** | R$114.152.220,93 | 901 | 118,95% |
| **PDD** | R$74.516.725,93 | | 77,65% |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Outros Ativos** | R$61.297.475,44 | | 63,87% |
| **Passivo** | R$ 5.256.265,03 | | 5,48% |
| **Patrimônio líquido** | R$ 95.965.251,99 | | 100,00% |

**b. Aquisições no trimestre:**

| Quantidade de Direitos Creditórios | Valor Mercado Atual (R$) |
|---|---|
| **0** | **R$0,00** |

**c. Taxas:**

Não houve aquisições durante o trimestre

**II) Os resultados da última verificação do lastro dos direitos creditórios realizado pelo custodiante:**

**a. Metodologia:**

Conforme previsto no Art. 38 do Anexo II da Instrução 175, o custodiante dos direitos creditórios deve verificar a existência, integridade e titularidade do lastro dos direitos creditórios que ingressaram na carteira no período a título de substituição, assim como o lastro dos direitos creditórios vencidos e não pagos no mesmo período.

**b. População de títulos vencidos e não liquidados no trimestre:**

| Quantidade de Direitos Creditórios | Valor Mercado Atual (R$) |
|---|---|
| 242 | R$26.716.446,70 |

**c. População de títulos substituídos no trimestre:**

| Quantidade de Direitos Creditórios | Valor Mercado Atual (R$) |
|---|---|
| 0 | R$0,00 |

**II) Resultado da verificação de lastro por amostragem ou não, realizada pelo custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados:**

| Composição | Amostra | Quant. Inconsistências | % de inconsistências | Quant. Itens pendentes | % de pendência | Valor de Mercado Atual |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Direitos Creditórios Substituídos (a) | 0 | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | R$0,00 |
| Direitos Creditórios Inadimplentes | 242 | 0 | 0,00% | | | R$26.716.446,70 |
| **Total** | **242** | **0** | **0,00%** | **0** | **0** | **R$26.716.446,70** |

[1] validamos a documentação comprobatória de recebíveis, que representam a totalidade de direitos creditórios substituídos que permaneceram no estoque até a data-base.
[2] validamos a documentação comprobatória de 242 recebíveis, que representam a totalidade de 242 parcelas inadimplentes.

**Conclusão:**

Com base nos procedimentos realizados durante a verificação de lastro, de acordo com o artigo 27º, do anexo II da Instrução CVM nº 175, concluímos que, para os itens selecionados para inspeção, não foram identificadas pendências ou inconsistências significativas nos direitos creditórios, tanto em relação às substituições, quanto aos itens inadimplentes no trimestre de referência. Além disso, avaliamos possíveis inconsistências no trimestre anterior e constatamos que não houve irregularidades presentes no atual trimestre.

**III) Os resultados do registro dos direitos creditórios no que se refere à origem, existência e exigibilidade desses ativos, explicitando a quantidade e a relevância dos créditos que não foram aceitos para registro:**

| | Quantidade | Valor |
|---|---|---|
| Direitos Creditórios Registrados | | |
| Direitos Creditórios Rejeitados | | |

Atenciosamente,

**Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda.**

**Demonstrativo trimestral –** 3º trimestre de 2026

**Fundo: FIDC OPEA AGRO SUMITOMO CHEMICAL**
**CNPJ: 43.866.348/0001-79**
**Data base: 30/09/2026**

Abaixo, destacamos as alíneas “c” e “d” do inciso V que complementam a solicitação do artigo 27 da ICVM 175.

c) o eventual ajuizamento de ação judicial de cobrança ou propositura de processo administrativo, judicial ou arbitral envolvendo a classe de cotas, bem como a indicação do percentual do patrimônio envolvido e em risco;

Tivemos casos de ajuizamento de ação judicial de cobrança ou propositura de processo administrativo, judicial ou arbitral envolvendo a classe de cotas. O valor total desses processos é de R$ 45.936.179,88, o que representa 49,43% do Patrimônio Líquido.

d) informações contidas no relatório trimestral do gestor a que se refere o § 3º do artigo 27:

I – Os efeitos de eventual alteração na política de investimento sobre a rentabilidade da carteira de ativos;

Não tivemos alteração na política de investimento sobre a rentabilidade da carteira de ativos. As políticas de investimento do Fundo se encontram no Regulamento do Fundo.

II – Em relação aos originadores que representem individualmente 10% (dez por cento) ou mais da carteira de direitos creditórios no trimestre:

a) critérios para a concessão de crédito adotados pelos originadores, caso tais critérios não tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e

Todos os critérios estão descritos no Regulamento do Fundo. Não tivemos critérios diferentes dos que estão na documentação.

b) eventuais alterações nos critérios para a concessão de crédito adotados por tais originadores, caso os critérios adotados já tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais;

Não tivemos alterações nos critérios adotados pelos originadores.

III – eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de direitos creditórios;

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/XAL9J-C9VBZ-R27G6-E3FQN.

Não tivemos alterações nas garantias existentes e todas as garantias seguem o que está definido no Regulamento.

IV – Forma como se operou a cessão dos direitos creditórios, incluindo:

a) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e

Todas as cessões são realizadas conforme Regulamento, seguindo com a assinatura dos Termos de Cessão para cada cessão e para cada Cedente, previstos no próprio Regulamento e nos Contratos de Cessão.

b) indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão de direitos creditórios;

Não tivemos cessão de direitos creditórios.

V – Impacto dos eventos de pré-pagamento no valor do patrimônio líquido e na rentabilidade da carteira;

Não tivemos impactos na rentabilidade da carteira considerando o benchmark das cotas.

VI – Condições de alienação, a qualquer título, de direitos creditórios, incluindo:

a) momento da alienação (antes ou depois do vencimento); e

Não tivemos alienação.

b) motivação da alienação;

Não tivemos alienação.

VII – impacto no valor do patrimônio líquido e na rentabilidade da carteira de ativos de uma possível descontinuidade, a qualquer título, da originação ou cessão de direitos creditórios; e

Caso haja descontinuidade da originação ou cessão de direitos creditórios do Fundo, considerando a data base, haverá um impacto negativo (R$ 78.033.087,28) na rentabilidade da cota subordinada. Isso se deve ao fato do Fundo ter devedores inadimplentes em PDD.

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/XAL9J-C9VBZ-R27G6-E3FQN.

VIII – informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos financeiros oriundos dos direitos creditórios, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer eventos que acarretem na liquidação ou amortização antecipada de direitos creditórios

Não tivemos quaisquer fatos que afetem a regularidade dos fluxos financeiros do Fundo.

e) no caso de classe destinada ao público em geral que adquira precatórios federais:

1. Se o precatório permanece na ordem de pagamento da União; e

Este Fundo não adquire precatórios federais.

2. Sobre eventual existência de impugnação judicial ou fatos supervenientes capazes de alterar a ordem ou o prazo de pagamento do precatório e avaliação, fundamentada, sobre a chance de êxito das impugnações.

Este Fundo não adquire precatórios federais.

_____

[OPEA GESTORA DE RECURSOS LTDA]
CNPJ: 36.196.900/0001-01

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/XAL9J-C9VBZ-R27G6-E3FQN.